

Raça e racismo no Brasil

**Paula Miranda-Ribeiro e José
Alberto Magno de Carvalho***

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. 347 páginas.

Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica, de Edward Telles, foi recebido com muito entusiasmo pela mídia. Em sua coluna no jornal *Folha de S. Paulo*, de 19/10/2003, Elio Gaspari rasga elogios ao autor, ao livro e aos seus achados. Lançado no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em Caxambu (MG), assim como em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, *Racismo à brasileira* alcançou também grande visibilidade na comunidade acadêmica. O livro é muito bem recomendado, levando-se em consideração o prefácio, escrito por Joaquim Barbosa Gomes, primeiro negro a ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, e a contracapa, que traz comentários de Antônio Sérgio Guimarães, Carlos Hasenbalg e Thomas Skidmore, grandes autoridades no assunto e com décadas de pesquisa na área.

O livro está dividido em dez capítulos. Após a introdução, os dois primeiros capítulos tratam do contexto histórico (supremacia branca, democracia racial e ação afirmativa), os cinco capítulos subsequentes apresentam evidências sobre as relações raciais (classificação racial, casamentos inter-raciais, segregação residencial, desigualdade racial e discriminação racial), o seguinte examina as implicações da questão racial brasileira nas políticas sociais e, por fim, o último capítulo

é uma síntese que pretende repensar as relações raciais no Brasil.

São dois os objetivos. O primeiro é “reexaminar os argumentos apresentados por ambas as gerações de acadêmicos” (p. 24), uma composta por Gilberto Freyre e seus seguidores e a outra liderada por Florestan Fernandes. A primeira geração defendia, na primeira metade do século passado, a tese da democracia racial e das relações horizontais, ou seja, das relações entre indivíduos da mesma classe social, ao passo que a segunda, nos anos 50, estava preocupada com a desigualdade e a discriminação, ou seja, com as relações verticais. Os trabalhos de Hasenbalg e Silva, iniciados na década de 70, corroboram a existência de desigualdade e discriminação no Brasil e se somam às evidências da segunda geração. Telles, por sua vez, parte da premissa de que “pode existir, ainda que de maneira limitada, alguma forma tanto de inclusão quanto de exclusão” (p. 25) e sustenta que as relações raciais brasileiras são mais bem entendidas quando vistas da perspectiva das relações horizontais e verticais.

O segundo objetivo do livro é comparar as relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos e, em menor medida, na África do Sul. A comparação entre os países é baseada em indicadores quantitativos. No caso brasileiro, os dados vêm dos Censos Demográficos de 1960, 1980 e 1991, da amostra da amostra do Censo 2000 e das PNADs de 1976, 1981, 1986, 1993, 1996 e 1999. O autor utilizou, ainda, a Pesquisa DataFolha de 1995 e dados de pesquisa realizada em 2000 pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A mídia e os acadêmicos têm toda razão em celebrar o livro do professor Telles. *Racismo à brasileira* cobre uma enorme lacuna no estudo das relações raciais brasileiras e sistematiza uma série de idéias pulverizadas em outros trabalhos.

* Professores do Departamento de Demografia e pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A temática do livro é extremamente relevante, na medida em que as relações raciais brasileiras são complexas e estão interligadas a vários dos nossos problemas sociais. Neste sentido, a Demografia tem muito a contribuir. O livro faz referência aos movimentos sociais e é acessível aos leitores não iniciados na Sociologia ou na Demografia, prestando-se bem como livro-texto de cursos de graduação. No entanto, o leitor precisa tomar alguns cuidados, que apontamos a seguir.

Pelo que fomos informados, o texto original em inglês teve de ser traduzido em tempo muito curto, assim como ocorreu com a publicação do livro. O fato de não ter sido possível fazer uma revisão criteriosa do texto em português gerou variações na qualidade da tradução. Além disso, há uma série de equívocos aos quais devem estar atentos os leitores. Por exemplo, com certa frequência aparece a palavra negro no lugar de preto, e vice-versa, o que leva a ambigüidades sérias, dado o tema em discussão. No caso de uma nova edição, deveria haver maior cuidado com este aspecto. Sugerimos também cuidado no uso do termo gênero, que parece estar sendo empregado equivocadamente no lugar do termo sexo. A análise feita à página 125, com o subtítulo Gênero, claramente remete a diferenças por sexo. Curiosamente, na página seguinte, ao analisar diferenças regionais, o autor afirma que raça é um conceito relacional, mas a mesma referência não é feita ao tratar de gênero, o que reforça o argumento de que o termo correto é sexo.

Do ponto de vista da história da demografia brasileira, duas observações são pertinentes. Em primeiro lugar, o livro afirma que “a nomeação de Giorgio Mortara como diretor do primeiro censo moderno do Brasil, em 1940, também foi importante para a inclusão da questão sobre raça [...]” (p. 56). Deve-se esclarecer que, na verdade, o diretor do Censo de 1940 foi o professor José Carneiro Felipe, tendo Mortara exercido a função de

consultor técnico. Por outro lado, parece que seu papel na definição do questionário do censo foi apenas marginal, contrariamente ao que se crê na comunidade demográfica brasileira. Como afirma o próprio Mortara (1985, p. 85; tradução nossa): “quando eu cheguei ao Brasil [no início de 1939] os rascunhos dos questionários do censo já haviam sido produzidos pela comissão de consultores técnicos. Os questionários já estavam prontos e, nas reuniões das quais participei, nenhuma grande mudança foi feita”. Muito provavelmente, a inclusão do quesito sobre raça não se deveu à sua presença e/ou influência.

A segunda observação diz respeito à posição da ditadura militar sobre a questão racial no Brasil. Ainda que não explicitado no livro, pode-se inferir do texto que a exclusão do quesito sobre cor/raça no Censo de 1970 tenha sido por decisão, ou pressão, ou influência do governo. Como se trata de convicção assaz generalizada entre os estudiosos do tema no Brasil, aproveito a oportunidade para registrar aqui a informação transmitida pelo professor Isaac Kerstenetzky, presidente do IBGE no período de preparação do censo daquele ano e que, à frente dessa instituição, conseguiu manter uma posição de autonomia em relação aos então donos do poder. Segundo testemunhou o professor Isaac em uma das reuniões da Comissão Consultiva do Censo de 1991, a decisão de não incluir aquele quesito no Censo de 1970 foi inteiramente do IBGE, convencido que estava da má qualidade da informação obtida através da autoclassificação de cor, em resposta a uma pergunta que só admitia algumas categorias preestabelecidas. Em busca de uma melhor alternativa, e com o professor Isaac ainda à frente do IBGE, a PNAD de 1976, em pleno regime militar, introduziu uma pergunta aberta sobre o assunto, que teve como resposta mais de cem termos referentes à cor dos brasileiros, razão pela qual, no Censo de 1980, retornou-se ao quesito tradicional.

A análise da dinâmica demográfica dos diversos grupos de cor (brancos, pretos e pardos), na seção intitulada “O empardecimento da população brasileira: 1940-1991” (p.61-62), deixa a desejar, uma vez que desconhece a produção recente sobre o tema desenvolvida no país, inclusive no âmbito da ABEP. Acrescente-se a isso o fato de que o segundo parágrafo da referida seção, que seria o mais importante do ponto de vista da dinâmica demográfica, está praticamente ininteligível, certamente devido a problemas de tradução.

Para o fenômeno da “migração” entre grupos de cor, o autor reporta-se a um trabalho de Charles Wood publicado em 1991. No entanto, há de se chamar a atenção para o fato de que o trabalho seminal de Wood adotou uma técnica de estimação precária e limitou-se à “migração”, entre 1950 e 1980, daqueles, em cada grupo de cor, que tinham de 10 a 19 anos no início do período. Desenvolvimentos posteriores levaram a um aperfeiçoamento da técnica, o que resultou em dois trabalhos publicados (Wood e Carvalho, 1994; Carvalho *et al.*, 2003), sendo o último posterior à preparação do livro aqui resenhado.

Não há dúvida de que o crescimento *real* da participação da população parda no Brasil, entre 1940 e 1991, deve-se, principalmente, ao fenômeno da miscigenação. No entanto, o crescimento mostrado pelos dados censitários brasileiros está muito além do crescimento real. O aumento do número absoluto daqueles que se declararam pardos nos censos brasileiros deveu-se, provavelmente, mais à “migração” de brancos e pretos para a categoria parda do que à miscigenação. As estimativas dos autores citados acima apontam para o seguinte quadro: entre as pessoas com mais de 30 anos em 1980, comparadas com a população total em 1950, em cada categoria de cor, o grupo pardo teria inflado, via transferências entre categorias, cerca de 33%, enquanto brancos e pretos teriam

perdido em torno de 7% e 39%, respectivamente. No decênio 1980-1990, entre aqueles de 10 anos e mais em 1990, comparados com a população total em 1980, o ganho dos pardos teria sido de aproximadamente 4% e a perda de brancos e pretos, de 2% e 10%, respectivamente. Deve-se atentar para o fato de que as taxas do primeiro período são, pelo menos em parte, significativamente maiores do que as do último, uma vez que as primeiras se referem a transferências feitas durante três decênios e as últimas, ao longo de um decênio. Obviamente, aquelas transferências nada têm a ver com a miscigenação.

Como bem chama a atenção o autor, surpreendentemente o Censo de 2000 mostra uma diminuição do peso dos pardos e um aumento da proporção dos brancos e pretos na população total brasileira, quando se compara com os resultados do Censo de 1991. Eis aí um bom tema para os pesquisadores da área! No entanto, Telles comete um equívoco ao levantar a hipótese de que uma das possíveis causas dessa reversão seria o uso da expressão *cor ou raça*, em lugar de somente *cor*, no Censo de 2000, “o que pode ter levado alguns entrevistados a escolher ‘preto’ ou ‘branco’” (p. 62). Na realidade, o quesito já incluía a expressão *cor ou raça* desde o Censo de 1980.

No capítulo 4, “Classificação racial”, em nenhum momento o autor faz referência aos prováveis efeitos das diferenças nas estruturas etárias de brancos, pardos e pretos sobre os resultados encontrados. Caso tenham sido realizados exercícios de padronização com o objetivo de verificar as possíveis distorções, seria interessante mencioná-los em pé de página.

Finalmente, um desafio! Pouco tempo após o lançamento de *Racismo à brasileira* foram disponibilizados os dados da amostra do Censo 2000. Esperamos que uma segunda edição do livro inclua também esses dados.

Referências bibliográficas

CARVALHO, J.A.M., WOOD, C.H. e ANDRADE, F.C.D. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/1990. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 20, n. 1, 2003, p. 29-42.

MORTARA, G. Memories of a life-time. In:

Omaggio a Giorgio Mortara: vita e opere. Roma: Università degli Studi di Roma "La Sapienza", 1985. p. 61-94.

WOOD, C.H. e CARVALHO, J.A.M. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 1, 1994, p. 3-17.

Recebido para publicação em 30/9/2003.

Aceito para publicação em 21/11/2003.